



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

Sétima Câmara Cível

Agravo de Instrumento nº: 0194.002-9 - Recife

Agravante (s): Estado de Pernambuco

Agravado (s): Ademar José dos Santos

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. CRIANÇA RECÉM-NASCIDA. CARDIOPATIA CONGÊNITA. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE. ATESTADOS MÉDICOS. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. POBREZA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. A disponibilização de medicamentos e a garantia de internamento em estabelecimentos de saúde, com a correspondente disponibilização de leitos à população carente é exigível e oponível contra quaisquer dos entes da Federação, a teor da Constituição Estadual, que, em seu artigo 166, inciso XI, alíneas "a" e "b", dispõe sobre a competência do Estado de Pernambuco, por sua Secretaria de Saúde, para com a prestação de serviços de assistência farmacêutica aos necessitados, razão pela qual voto pela rejeição da preliminar em apreço.

2. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa portadora de enfermidade grave - câncer - e que, em virtude da recidiva dos tumores, mesmo após submissão a sucessivas intervenções cirúrgicas, ensejou a prescrição pela médica que a acompanha da droga SUNITINIB (SUSTENT), que evitará o risco de morte (exames e receituários médicos de fls. 45/49).

3. Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

4. A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais.

5. O dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

6. No que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos aduzidos pela ora agravada quando da interposição da ação originária, é de se ressaltar que a mesma igualmente se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde da agravada, a qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros, como



108  
109/A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

é a hipótese dos autos, eis que a recorrida não possui ocupação remunerada, conforme informa a inicial, além da declaração de pobreza, caindo por terra o argumento do Agravante de ausência de hipossuficiência.

7. Quanto ao laudo médico que serve de suporte ao pedido em apreço, é de se ressaltar que o agravado faz acompanhamento de sua enfermidade em hospital vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, qual seja, o Hospital do Câncer de Pernambuco e, ademais, com a devida vênua de quem exige a apresentação de laudo médico expedido por médico da rede pública de saúde, ao meu ver tal restrição não encontra guarida no nosso Ordenamento Jurídico.

8. Versando, pois, a lide em apreço acerca do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do medicamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por meio de dispositivo constitucional.

9. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0194.002-9 da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, O Estado de Pernambuco e, como agravado, Ademar José dos Santos, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de Maio de 2010.

\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

99  
107/B

01

**Sétima Câmara Cível**  
**Agravo de Instrumento nº: 0194.002-9 - Recife**  
**Agravante (s): Estado de Pernambuco**  
**Agravado (s): Ademar José dos Santos**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco em face de Ademar José dos Santos, impugnando decisão interlocutória proferida pela MM. Juíza da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dra. Clara Maria de Lima Callado, no bojo da Ação Ordinária tombada sob o nº 001.2009.121866-8.

A decisão impugnada (fls. 52) antecipou os efeitos da tutela, determinando ao agravante que fornecesse, em favor do agravado, gratuitamente e no prazo de 72 (setenta e duas) horas, o medicamento SUNITINIB 500mg (SUSTENT), de acordo com as prescrições médicas adotadas, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Assevera que a decisão impugnada representou indevida intromissão do Judiciário na esfera da Administração Pública, em afronta à repartição dos Poderes.

Acresce ser necessária a observância da padronização das terapias ministradas pela rede pública de saúde, razão pela qual sustenta que a manutenção da decisão ora impugnada afetará o equilíbrio financeiro e orçamentário da Administração, eis que prejudica a capacidade do SUS em atender um maior número de pacientes.

Aduz que uma decisão dessa natureza implica a mobilização da máquina estatal, para fins de aquisição da medicação objetivada, nem sempre disponível no mercado local, demandando um prazo razoável para sua consecução, o que, segundo sustenta, demonstra a inviabilidade da cominação da multa diária aplicada.

Ao final, pugna, liminarmente, pela concessão de efeito suspensivo e, no mérito, pela integral reforma da decisão recorrida.

A Relatoria substituta, por decisão acostada às fls. 62/65, indeferiu o efeito suspensivo almejado.

Dessa decisão foi interposto agravo regimental, ao qual negou-se



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

100  
108  
01

provimento.

Instado a ofertar contrarrazões, o recorrido fê-lo às fls. 70/85, aduzindo, em síntese, que, diagnosticada com tumor cancerígeno no rim direito, desde 2005, submeteu-se a dois procedimentos cirúrgicos, para retirada do rim e retirada de tumores que haviam alcançado seus pulmões, razão pela qual a médica que acompanha seu quadro prescreveu a droga SUNITIB (SUTENT) como uma hipótese viável para minimizar o sofrimento que lhe aflige, garantindo-lhe a sobrevivência.

O *Parquet* ofertou parecer às fls. 92/96, opinando pelo não provimento do recurso, mantida em sua integralidade a decisão impugnada.

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta.

Recife, 10 de MAIO de 2010.

  
Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

104 4  
108 | A

01

**Sétima Câmara Cível**  
**Agravo de Instrumento nº: 0194.002-9 - Recife**  
**Agravante (s): Estado de Pernambuco**  
**Agravado (s): Ademar José dos Santos**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**V O T O:**

A decisão impugnada encontra-se acostado à fl. 52 dos autos.

Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de saúde de pessoa portadora de enfermidade grave - câncer - e que, em virtude da recidiva dos tumores, mesmo após submissão a sucessivas intervenções cirúrgicas, ensejou a prescrição pela médica que a acompanha da droga SUNITINIB (SUSTENT), que evitará o risco de morte (exames e receituários médicos de fls. 45/49).

Discute-se, pois, sobre a premência do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, diante da comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de custeá-lo.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos e a disponibilização de leitos em hospitais.

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional.

Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

1059  
108/8  
01

quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Advirta-se que, em nosso País, o direito à existência digna é refletido, entre outros aspectos, pela obrigação atribuída ao Estado de realizar ações integradas destinadas a assegurar a prestação dos direitos inerentes à saúde, à previdência e à assistência social, incluídas, nesse contexto, ações que garantam acesso universal igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

No que concerne à relevância da fundamentação dos argumentos aduzidos pela ora agravada quando da interposição da ação originária, é de se ressaltar que a mesma igualmente se afigura presente, tendo em vista a natureza do interesse em litígio, inerente à manutenção da saúde da agravada, a qual tem sede constitucional e configura-se como dever assistencial do Poder Público, através dos seus órgãos de execução, e direito dos cidadãos, sobretudo se carentes de recursos financeiros, como é a hipótese dos autos, eis que o recorrido é auxiliar de serviço gerais.

Quanto ao laudo médico que serve de suporte ao pedido em apreço, é de se ressaltar que, não obstante a médica seja particular, a agravada faz acompanhamento de sua enfermidade em hospital vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, qual seja, o Hospital do Câncer de Pernambuco e, ademais, com a devida vênia de quem exige a apresentação de laudo médico expedido por médico da rede pública de saúde, ao meu ver tal restrição não encontra guarida no nosso Ordenamento Jurídico.

De fato, não há norma que exija que o documento seja firmado por médico integrante de Órgão Público e "*ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei*", como dispõe a Magna Carta.

O médico privado se sujeita às mesmas normas e sanções que os integrantes de Órgãos Públicos. Presumir-se favorecimentos ou uso de regra para benefícios ilícitos em afronta ao Código de Ética Médica, etc, não se coaduna com nosso Ordenamento Jurídico.

Versando, pois, a lide em apreço acerca do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do medicamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**  
meio de dispositivo constitucional.

106  
109

01

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso, mantida a decisão recorrida em sua integralidade.

Recife, 25 de Maio de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator